

DANIELE CRISTINA FARIAS

RU: 1259140

**ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.**

CURITIBA - PR

2018

DANIELE CRISTINA FARIAS

**ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, apresentado a disciplina Orientação de trabalho de conclusão de curso – OTCC, do curso de bacharelado do curso de Serviço Social do Centro Universitário Internacional – UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel.

Prof. Me. Sandra Aparecida dos Santos

CURITIBA - PR

2018

AGRADECIMENTOS

Até a chegada do desenvolvimento de um trabalho de conclusão de curso, foi necessário passar por diversas barreiras, e desafios. Sendo que a conquista de conseguir concluir um curso superior, é uma conquista que somente foi alcançada com pessoas especiais que fizeram parte nesta caminhada.

Primeiramente, agradeço a Deus, que deu forças, em momentos de alegrias e tristezas nos imprevistos do dia a dia, em fazer com que meu objetivo ficasse de pé.

Expresso minha gratidão o meu esposo, pela paciência pela compreensão das ausências, em muitos momentos ouviu meus desabafos, e compreender dificuldades durante esses anos.

Agradeço pessoas que surgiram durante a caminhada da vida acadêmica. Agradeço em especial pela amizade de Jessica Azevedo e Thalita Lui, pelo companheirismo, pelos desafios enfrentados juntos, pelas angustias, aflições pelo cansaço enfrentadas juntas, pelo apoio, pelos conselhos, que fez que meus dias fossem mais felizes e me trouxeram motivação. Gratidão a instituição Nilza Tartuce, e profissionais do Setor de Serviço Social, que abriu espaço para pesquisa e construção de conhecimento. Aos professores que fizeram parte da construção de conhecimento, especialmente a orientadora de TCC, Sandra Santos pelo incentivo, compartilhamento de conhecimento, pelo aprendizado, pela confiança, paciência e orientação sobre a construção do presente trabalho.

Agradeço a todos os professores mestres e doutores da Uninter, com grande carinho professora Adriane Brun, Neiva Harck, na contribuição de aprendizados por meio as disciplinas do curso de Serviço Social, pela competência, postura, pelas inúmeras vezes acolher em momentos difíceis, e refletir sobre o exercício profissional.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso se refere ao reconhecimento de processos históricos de lutas e conquistas legais ocorridas durante reformas econômicas e sociais no Brasil, considerando os avanços legais na ampliação de direitos, a operacionalização de Políticas Públicas e a compreensão do modo organizacional da sociedade capitalista. Neste contexto, este material debruça-se acerca de aspectos relativos à atuação do Serviço Social na Educação Especial, junto às pessoas com deficiência da Escola de Modalidade de Educação Especial Nilza Tartuce – Unidade Centro, em Curitiba / PR. Foi realizada pesquisa descritiva, bibliográfica e documental no instrumental Plano Individual de Atendimento, por meio do levantamento do perfil dos alunos atendidos na Escola Nilza Tartuce – Unidade Centro, além de entrevista com profissional do Setor de Serviço Social. Análises quanti-qualitativas foram realizadas, abrangendo tipo de deficiência do aluno e respectivo perfil familiar. Na entrevista com a Assistente Social, buscou-se conhecer as necessidades e desafios do setor no acompanhamento à criança e família atendidos na escola. Os dados coletados no Plano Individual de Atendimento informaram que 53% dos alunos atendidos convivem com os pais, sendo que 68% possui deficiência intelectual. Assuntos relacionados ao acesso à saúde e a isenção tarifária são as principais demandas da população avaliada. No levantamento realizado, o Plano Individual de Atendimento confirmou-se como principal instrumento de trabalho do assistente social para este tipo de avaliação.

Palavras-chave: Serviço Social. Direitos. Pessoa com deficiência .

ABSTRACT

This term paper refers to the recognition of historical processes of legal struggles and achievements during economic and social reforms in Brazil, considering the legal advances in the expansion of rights, the operationalization of public policies and the understanding of the organizational way of capitalist society. In this context, this material deals with aspects related to the performance of Social Service in Special Needs Education with disabled people of Special Education School Nilza Tartuce, in Curitiba / PR. A descriptive, bibliographical and documentary research was carried out in the Individual Attendance Plan, by means of a profiling survey of the students attending the Nilza Tartuce School - Centro Unit, in addition to an interview with a Social Service Department professional. Quantitative-qualitative analyzes were performed, covering the type of student's disability and respective family profile. In the interview with the Social Worker, it was sought to know the needs and challenges of the department in the accompaniment of the child and family attended in the school. The data collected in the Individual Attendance Plan reported that 53% of the attended students live with their parents, and 68% have intellectual disability. Issues related to access to public health and tariff exemption are the main demands of the population evaluated. In the survey carried out, the Individual Attendance Plan was confirmed as the main work tool of the social worker for this type of evaluation.

Keywords: Social Service, Rights. Disabled. Person.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Idade das crianças atendidas.....	41
Gráfico 02- Tipos de deficiência.....	42
Gráfico 3- Composição Familiar.....	43
Gráfico 4- Tipo de Moradia.....	44
Gráfico 5- Renda Familiar.....	45

LISTA DE FIGURAS

Quadro – Terminologias utilizadas á Pessoa com Deficiência.....	19
Organograma Estrutural Escola Modalidade de Educação Especial Nilza Tartuce	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE- Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
COEDE – Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CERDIC - Centro de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação
CORDE - Pessoa Portadora de Deficiência
CONADE - Conselho Nacional dos direitos da pessoa com deficiência
COCEC- Centro de orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOS – Lei Orgânica da Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PIA - Plano Individual de Atendimento
PNE - Plano Nacional de Educação
PAF- Programa de Acolhimento Familiar
PUCSP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	14
2.1 INÍCIO DA ATENÇÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL..	14
2.2 LEGISLAÇÕES NO BRASIL, DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	18
3. A ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA –.....	23
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	23
3.2 Serviço Social na efetivação das Políticas Públicas junto à pessoa com deficiência.....	29
3.3 A Escola de Educação Especial Nilza Tartuce.....	32
3.4. Serviço Social na Escola Nilza Tartuce.....	35
4. DADOS DA PESQUISA.....	37
4.1. Perfil das famílias atendidas na Escola Nilza Tartuce.....	37
4.1.1. Categoria Idade.....	37
4.2 Categoria Tipos de Deficiência.....	38
4.3 Categoria Composição Familiar.....	39
4.4 Categoria Tipo de Moradia.....	40
4.5 Categoria Renda Familiar.....	40
4.6 ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL	42
4.6.1. Categoria Principais Demandas e instrumentos do Serviço Social.....	42
4.6.2 Categoria necessidades e desafios junto a famílias da pessoa com deficiência;.....	45
4.6.3. Categoria possibilidades e perspectivas na atuação do Assistente Social junto às pessoas com deficiência	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	50
9 APÊNDICE.....	56

1. INTRODUÇÃO

Na antiguidade, especificamente crianças com deficiência eram consideradas como inválidas, conseqüentemente ‘indivíduos sem valor’, excluídas da sociedade, ou seja, ‘inútil’, para a família e sociedade sendo este termo utilizado até o século XXI. Segundo Pan (2008) pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram exterminadas ou abandonadas, e somente por meio da doutrina cristã passam a ser acolhidos, e considerados como filhos de Deus, pessoas com deficiência intelectual eram consideradas pessoas com alma, mas, sem virtudes.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No Brasil, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010) demonstram que a deficiência atinge todos os níveis de idade, podendo ser desenvolvidas ao longo da vida ou advir desde o nascimento. Nessa ótica, conforme o censo demográfico, o Paraná possui 143.376 (cento e quarenta e três mil e trezentos e setenta e seis) pessoas com deficiência mental ou intelectual.

Na realidade Brasileira, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), conforme o censo demográfico, a população Brasileira com alguma deficiência foi estimada em 45.606.048 (quarenta e cinco milhões e seiscentos e seis mil e quarenta e oito) pessoas representando 23,9% da população total. Destes, 18,60% da população apresentavam deficiência visual, 5,10% deficiência auditiva, 7% deficiência motora e 1,40% deficiência mental ou intelectual.

Com relação a crianças, conforme o censo de 2010, 0,9% do total de crianças de 0 a 14 anos (zero a quatorze) possuía deficiência mental ou intelectual que necessitam do acompanhamento, da escola, da família, da comunidade, do município, de Políticas Públicas para estimular o desenvolvimento e autonomia.

Para o acesso aos direitos ocorre a necessidade de compreender diferença, particularidades, para que se efetive a igualdade. Os dados em relação à deficiência

devem ser analisados compreendendo a diversidade e as desigualdades regionais, geográficas, culturais, econômicas, etnias e de saúde.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência no artigo 7º trata da questão da criança com deficiência, destacando o compromisso com a oferta de igualdade de oportunidades a estas crianças em relação às demais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), aprovado em seis de julho de 2015 em seu Art. 5º busca proteção à pessoa com deficiência “em toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante”. Visando assegurar condições de igualdade e direitos fundamentais.

A garantia de direitos da pessoa com deficiência constitui-se na oferta de serviços de Políticas Públicas, que na rede educacional articula-se nas Políticas de Educação, Assistência Social e Saúde, que servem de equipamentos de proteção social junto a Assistência Social, acesso educacional e de saúde de qualidade para crianças e adolescentes. Neste cenário a Atuação do Assistente Social nas escolas insere-se em expressões do cotidiano, que compõem tanto em relações externas, como a família, a sociedade, quanto nas relações internas como relações que sucedem entre diretores, docentes, alunos, indivíduos que compõem o campo educacional.

O interesse pelo tema surgiu da experiência vivenciada no estágio durante o período do ano de 2018, o que levou a indagar quanto à realidade da instituição frente aos acompanhamentos realizados pelo setor de Serviço Social. Frente essa vivência surgiram as seguintes questões norteadoras:

Como se configura a Política de Assistência Social no setor de Serviço Social?

Como se organiza o acompanhamento junto às pessoas com deficiência no serviço social na Escola Modalidade de Educação Especial Nilza Tartuce?

Qual o perfil das famílias atendidas no Serviço Social na escola de educação especial Nilza Tartuce?

Quais as principais demandas do Serviço Social na escola de educação especial Nilza Tartuce?

Para as pessoas com deficiência, o estudo poderá contribuir com apresentação de novas perspectivas de visibilidade e garantia de direitos, e supostamente na melhoria dos atendimentos feitos as famílias.

Para o Serviço Social, o conhecimento do perfil dos alunos atendidos, contribuirá para uma melhor avaliação e planejamento das atividades e necessidades.

Para a sociedade, refletir quanto a deficiência leva a possibilidade de melhor conhecimento da população quanto ao tema, auxiliando na desmistificação e preconceito quanto á pessoa com deficiência.

A pesquisa tem como objetivo geral conhecer as perspectivas e desafios na Atuação do Serviço Social no acompanhamento a pessoa com deficiência.

E como objetivos específicos apresentar dados e a situação da deficiência intelectual e da Educação Especial no Brasil. Conhecer as demandas, desafios e possibilidades do Serviço Social no acompanhamento junto às pessoas com deficiência da Escola de Modalidade de Educação Especial Nilza Tartuce. Conhecer o perfil das famílias atendidas na Escola.

Contextualizando a temática, definiram-se encaminhamentos metodológicos mais adequados para o alcance dos objetivos, percebe-se a necessidade de ampliação na produção científica, tanto em aspectos qualitativos e quantitativos, na perspectiva de estimular a reflexão crítica e entender a contribuição das Políticas Públicas de Educação, Assistência Social, e Saúde. A Escola Nilza Tartuce constitui-se em duas sedes – Unidade Centro e Unidade Passaúna no total de 243 alunos que frequentam a escola, na faixa etária entre 0 a 15 anos e 11 meses, na cidade de Curitiba e Região Metropolitana. No entanto, sendo que nesta pesquisa foram pesquisadas informações referentes somente a Unidade Centro com 171 crianças, de 0 a 10 anos, podendo aumentar a permanência da criança na escola conforme o desenvolvimento.

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva que segundo Gil (2008):

“Têm objetivo fundamental a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”. GIL (2008, p.28)

A pesquisa apresenta cunho quantitativo e qualitativo. Na pesquisa quantitativa foram utilizadas informações de base documental, constantes no Plano Individual de Atendimento (PIA), a fim de traçar o perfil das crianças atendidas. Os dados coletados foram apresentados em gráficos, sendo realizada a análise em sequência. Para a análise de dados, será utilizada a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011) caracteriza-se:

“Uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática, quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”. Bardin (2011 pág.42)

Foi realizada entrevista com uma (1) Assistente Social que trabalha na instituição, com perguntas semiestruturadas, a fim de identificar demandas, impactos, desafios e possibilidades do acompanhamento junto a pessoa com deficiências e suas famílias.

A base teórica utilizada é a visão marxista, compreendendo o materialismo histórico dialético, que busca segundo Trivinõs (2007) explicações coerentes e lógicas para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento.

O trabalho de conclusão de curso **Atuação do Serviço Social Junto às Pessoas com Deficiência na Educação Especial: Desafios e Perspectivas** se subdivide em (três) 3 capítulos. No primeiro capítulo será apresentado o Histórico da Educação Especial no Brasil, seguido da Legislação e Diretrizes e Bases da Educação Especial; no segundo capítulo, serão apresentadas informações referentes a Políticas Públicas e educação especial, sendo apresentado o histórico da Escola de modalidade de Educação Especial Nilza Tartuce; no terceiro capítulo refere-se, aos dados da pesquisa, seguido das considerações finais.

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

2.1 INÍCIO DA ATENÇÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Segundo Jannuzzi (2004) as primeiras aproximações com a educação especial partiram de ideias liberais no início do século XIX. Os serviços a segmento da população, inspirados por experiências norte-americanas e europeias, que ao decorrer do tempo foram trazidos por grupos de brasileiros que se dispunham a organizar e a programar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais e defendiam a liberdade de todos os indivíduos nos campos econômicos, religioso, político e intelectual.

Essas ideias estavam em movimentos como a Inconfidência Mineira (1789) a Conjuração Baiana (1798) a revolução Pernambucana (1817), que reuniram médicos, professores, advogados e alfaiates. Esses movimentos lutaram pela abolição de instituições coloniais, salientando o questionamento do dogmatismo e poder autocrático, com críticas a interferências do Estado na economia, com finalidade de alcançar a liberdade de expressão e propriedade privada.

Em 1920, segundo Pan (2008) instituições especializadas no atendimento do deficiente mental, influenciaram uma classe especial vinculada a serviço sanitário, transformado ao serviço de higiene escolar e saúde mental.

Nos anos de 1929 á 1970 as Santas Casas de Misericórdia destacaram-se segundo Mazzota (1996) na prestação de atendimento hospitalar a pessoas com deficiências físicas, configurado ensino hospitalar, com programação de atendimento individualizado aos alunos. Á época destacou-se primeiramente o atendimento a deficientes visuais, no instituto Benjamin Constant- (IBC), que instaurou acesso a livros em braille para servir os alunos do instituto, considerado colégio comum que oferecia ensino integrado para cegos. O instituto executava o trabalho em conjunto com a fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, que propôs cursos para professores de especialização de ensino para cegos.

Nota-se que as instituições ligadas à filantropia, embora tenham a intenção de amenizar agravantes a fim de manter ordem na sociedade, ofertavam ações de caridade, torna-se evidente que atendimentos não alcançavam a todos que

precisavam de atendimento especializado, sendo que a sociedade interpretava deficiência como problema individual, de grosso modo, caracterizadas como situações de desigualdades históricas e heranças legitimadas.

O instituto Santa Terezinha, fundado na cidade de Campinas em 1929, até o ano de 1970 funcionou como internato para meninas portadoras de deficiência auditiva, passando a oferecer atendimento aos deficientes auditivos a meninas e meninos, educação especializada do 1º grau, atendimento médico, fonoaudiologia, psicológico e social, influenciando o Instituto educacional de São Paulo a oferecer ensino especializado a crianças deficientes da audição, sendo de caráter particular, sem fins lucrativos. Nos anos de 1969 o instituto foi doado a Fundação de São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUCSP, abrangendo atendimentos de crianças e adultos com distúrbios de comunicação com instituições educacionais de São Paulo, como o Centro de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação CERDIC, ocorrendo mudança de nome para Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação, em parceria com a PUCSP, tornando-se referência em pesquisa e ensino de deficientes de áudio comunicação. (Mazzota 1996.)

Em 1932, pioneiro em discussões sobre a educação, Fernando Azevedo contava com associados com ideias ligadas ao liberalismo e socialismo, buscando inserir um sistema de educação Nacional, promover acesso público e gratuito. Getúlio Vargas, na Segunda República, publicou a Constituição de Vargas com as primeiras bases da educação nacional, que se fortaleceu com o período de desenvolvimento e industrial e social do país. A sociedade nessa época segundo Jannuzi (2004) estava organizada em movimentos sindicais, que refletiu na Constituição de 1934, relacionados a reivindicações operárias, lutas por salário mínimo, jornada de trabalho. A discussão da educação direcionada ao excepcional foi incluída ao art. 149 da Constituição de 1934, reforçando a educação gratuita, para todos. O acesso às escolas acontecia de forma seletiva e desarmonizada entre as classes com menores recursos e vulneráveis. Entretanto, os filhos das classes sociais dominantes, tinham privilégio de acesso ao sistema de ensino estrutural, organizado.

Referente ao atendimento a deficientes mentais, Mazzota (1996) cita o Instituto Pestalozzi, situado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que começou

com o funcionamento em regime de internato, mediante convênios com instituições públicas Estaduais e Federais, e que em 1935, estendeu sociedades em Minas gerais, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo.

Segundo Jannuzzi (2004) em 1949, o ensino na área de deficiência mental abrangia 41 instituições, e 26 para outras deficiências, em 1959 a 1969, eram 821 para deficientes mentais, e 313 para outras deficiências, sendo que a deficiência mental esteve muito associada à psiquiatria, e tratamento em hospitais.

Dentre as instituições de atendimento Mazzota (1996) aponta a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais- APAE do Rio de Janeiro em 1954 que teve como primeiro presidente o Almirante Henry Broadbent Hoyer, com apoio do governo Federal, a fim de realizar tratamento ao excepcional, o que estimulou a expansão de várias APAES como as de Volta Redonda de (1956) Goiânia, Niterói, Jundiaí, João Pessoa e Caxias do Sul (1957) tornando-se Federações Nacionais de APAES.

A respeito da educação das crianças com deficiência, as ausências de escolas eram nítidas, o ensino á deficientes não incluiu a todas as deficiências, somente crianças visualmente chamadas “lesadas” que eram recolhidas para instituições, ficando as crianças com deficiências não tão explícitas aos cuidados da família.

Neste contexto Januzzi (2004) cita que o presidente Getúlio Vargas em 1937, considerou a expansão de unidades escolares, com objetivo de alcançar os deficientes fisicamente vistos como “anormais, retardados de inteligência e os inadaptados morais”. Em 1964, segundo a autora destacaram instituições especializadas, na zona rural, com trabalho desenvolvido a diversas deficiências: mentais, múltiplas, auditiva, tendo destaque em Minas gerais a escola de educação, Doutor Lage.

O governo de Juscelino Kubitschek, (1956-1961) afirmou no plano de metas a necessidade e importância da educação, segundo Jannuzzi (2004) sugerindo programa relacionado a cargos e funções, na perspectiva de sugerir “métodos no ensino: ação e estímulo a governos federais, estados e municípios, e ampliação de profissões aos de necessidade reduzida”. Logo em 1963, no governo de João Goulart (1961-1964) incentivam-se escolas especializadas e programas nas escolas comuns, para atender o maior número de jovens carentes e de necessidades especiais na educação.

Sempre em posição de subalternidade e pouco acesso, apenas em 1954 no Governo de Getúlio Vargas segundo Januzzi (2004) foi concedido direito ao voto aos deficientes visuais, com objetivo de interação social.

Vale considerar que no decorrer da história diferentes termos e conceitos foram utilizados para definir pessoas com deficiência conforme demonstra o Quadro 1 Terminologias.

Quadro 1

Terminologias utilizadas Períodos:

Século XX até anos de 1960	Indivíduos sem capacidade (Incapacitados)
Anos de 1961 a 1980	Pessoas Defeituosas Deficientes Diferentes dos “normais” Excepcionais
Anos de 1981 a 1987	Pessoas deficientes
A partir dos anos 1990 até dias atuais	Pessoas com necessidades Pessoas especiais Portadores de necessidades especiais Pessoas portadoras de deficiência Pessoas com deficiência

Fonte: a autora. Síntese do presente estudo realizado.

As terminologias utilizadas durante os anos contribuíram para que houvesse modificação na forma de tratamento às pessoas com deficiência, sendo que o termo utilizado atualmente *pessoas com deficiência* salienta a importância da pessoa em primeiro lugar e a deficiência em segundo plano.

2.2 LEGISLAÇÕES NO BRASIL, DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No Brasil, sucederam-se avanços em normativas, leis, diretrizes e programas sobre educação especial.

A institucionalização da Educação Brasileira teve início nos anos de 1970 a 1980, ligadas a práticas relacionadas à doutrina da situação irregular e outras relacionadas à doutrina da proteção integral, já sob influência de normativas internacionais (PINHEIRO, 2010).

A influência da promoção social com intuito de garantir serviços públicos e proteção à população originou-se do modelo de Estado de Bem-Estar Social e ganhou ainda mais terreno com a inclusão do conceito de cidadania, propagado após a queda dos regimes totalitários na Europa. Foi desenvolvido e aplicado segundo Fernandes (2016) como solução político-econômica para a crise social, advindas das transformações do capitalismo, como o desemprego, aumento da miséria e pobreza que se encontravam presentes até a década de 1980.

O Decreto nº 72.425 de julho de 1973, do Ministério da Educação e Cultura, é então aprovado com o objetivo de melhoria do atendimento aos excepcionais, de oportunizar educação, propor e programar estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos. (Brasil, 1973)

O Brasil passava pelo período de desenvolvimentismo Nacional, processo de industrialização, concentração da população urbana e crescimento econômico, fato que no campo educacional, refletiu no ensino a pessoa com deficiência, que trouxe impactos nas instituições, com enfraquecimento que concentravam tratamentos oferecidos às pessoas com deficiência, reforçando a cultura de exclusão visto que dentro das instituições, pessoas com transtornos, ainda eram considerados dissociáveis com o mundo externo. Fernandes (2016)

Os documentos legais e ações Estatais da época fundamentavam-se em doutrina da situação irregular, referentes os Códigos de Menores de 1927 e 1979. Tais Códigos não legislavam questões relacionadas a todas as crianças e adolescentes, mas apenas aquelas em “situação irregular”, tais como crianças e adolescentes que viviam nas ruas, sem família ou de famílias pobres. (PINHEIRO, 2004)

O enfoque de discussões sobre a normalização do sistema unificado educacional trouxe concentração dos movimentos sociais, que se mantinham fortes, em defesa do direito de todos, inclusive das pessoas com deficiência na perspectiva de proporcionar a essas pessoas uma vida harmônica conforme padrões e formas de funcionamentos considerados normais pela sociedade.

Nesse cenário, os movimentos sociais nas décadas de 1960 até 1980 que surgiram da relação conflituosa entre desenvolvimento do Estado e sociedade civil, caracterizados como ações sociopolítico, contribuíram para a sensibilização, em defesa, da educação especial, impulsionando a visão educacional no âmbito de transformação social, sendo declarado o ano de 1981, “Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência” pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de convocar os países para que promovessem ações referentes à defesa e à valorização dessas pessoas; e a “Declaração Mundial Sobre Educação para Todos”, que emergiu críticas ao processo de institucionalização e práticas assistencialistas, na perspectiva de cessar segundo Fernandes (2016) atendimentos realizados em instituições ligadas a internatos e manicômios, com objetivo de viabilizar implementação de políticas públicas direcionadas a área de educação.

Com a Constituição Federal de 1988, ocorreu uma série de prerrogativas de defesa do Estado de direito e da cidadania, sendo a atenção à criança e ao adolescente desenhada na perspectiva da proteção integral com a promoção dos direitos econômicos e sociais instituindo-se garantias constitucionais, trazendo como direitos sociais a educação, saúde, trabalho, lazer, segurança e previdência, e o compromisso na habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, entendendo a educação como direito de todos e dever do Estado, segundo o artigo 227 da Constituição:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

Com a Constituição Federal de 1988, crianças e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos e proteções, que beneficiam o reconhecimento e desenvolvimento na sociedade. A proteção integral reconhecida na Constituição Federal contribuiu para a afirmação e defesa de direitos na ECA (Estatuto da criança e adolescente), que em seu artigo 3º assegura direitos e proteção a criança e ao adolescente:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 1990).

A educação especial foi marcada pela Conferência Mundial de educação Especial de julho de 1994, a Declaração de Salamanca reconhecida como referência básica e abrangente, que impulsionou discussões sobre a área da educação especial no Brasil. Na conferência viabilizaram-se acordos entre delegados de 88 governos e 25 organizações internacionais, que abrangeu discussões de princípios, terminologias, práticas, políticas, acesso e inclusão de pessoas com necessidades especiais¹. (Convenção dos direitos da pessoa com deficiência, 2008.).

Assegurados os direitos da criança e do adolescente pela Constituição Federal, a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando assegurar e disponibilizar aos educandos com necessidades especiais, entre outros aspectos: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, aos que não pudessem concluir o ensino fundamental, por razões relacionadas a deficiências.

Em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi criado o CONADE (Conselho Nacional dos direitos da pessoa com deficiência) no âmbito do Ministério da justiça, órgão superior de deliberação coletiva apresentada no decreto nº 3.076 de 1º de junho de 1999.

A criação do CONADE segundo Jannuzzi (2004) facilitaram gestões descentralizadas, e interfaces entre sociedade civil e Estado. O CONADE foi criado

¹ Termo utilizado na época.

com o objetivo de acompanhar o planejamento e avaliar a execução de políticas setoriais da educação, saúde, assistência social, relativas a pessoas portadoras de deficiência, havendo segundo Pan (2008) a normatização e orientação para a inclusão do deficiente na educação básica.

Atualmente a educação segue os preceitos do Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos de 2014 a 2024, que informa três grupos de metas. No primeiro grupo de metas são apresentadas diretrizes e metas relativas à garantia de direito a educação básica, garantia de acesso, universalização do ensino obrigatório e ampliação das oportunidades educacionais. No segundo grupo de metas são apresentadas diretrizes que se referem à redução de desigualdades, considerando a diversidade e equidade. No terceiro grupo de metas definem-se estratégias para a valorização do profissional da educação. O Plano Nacional de Educação - PNE (2014) apresenta em seu artigo 2º as diretrizes a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, a promoção da cidadania e na exclusão de todas as formas de discriminação; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho e para a cidadania a promoção de gestão democrática da educação pública; humanização, atendimento às necessidades específicas na educação especial assegurando no sistema educacional de qualidade e inclusivo em todos os níveis; a valorização dos profissionais da educação; e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Com a Lei 13.146 de 2015, instituiu a Lei Brasileira de inclusão para pessoas com deficiência, incluindo o atendimento prioritário no art. 9 incisos II e III:

“II- Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público”.

“III- Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento igualitário em relação com as demais pessoas”.
(Brasil, 2015).

A Lei trouxe garantia de direitos a vida, a saúde, a moradia, ao trabalho, a Assistência Social, Saúde, Educação, habilitação, reabilitação, previdência social, cultura, lazer, turismo, transporte.

Nesta abordagem sistemática da estruturação da educação e reconhecimento de direitos, visto no capítulo acima, faz-se necessário conhecer os processos de materialização dos direitos assegurados por lei de crianças e adolescentes, no qual são efetivos organizados e legitimados por meio de Políticas Públicas.

3. A ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

As Políticas Públicas caracterizam-se por ações governamentais que promulgam diretrizes e decisões no âmbito social infraestrutura, econômico, entre outros.

As Políticas Públicas são formuladas segundo Silveira et al (2007) de acordo com as demandas da sociedade, que através de redes ofertam a população serviços, projetos, programas. A normatização das Políticas Públicas é classificada de acordo com objetivos, ou função, que fica a responsabilidade do Estado, por meio da estrutura governamental, e demandas são advindas da realidade da população, como exemplo as Políticas Públicas sociais que visam à proteção por parte do Estado, no que se refere à educação, assistência social, saúde.

As Políticas Públicas organizam-se por meio de sistemas; cada sistema tem conexão com uma ou mais redes de atendimento, que organizam serviços, programas, projetos e/ou benefícios ao cidadão, atendendo aos pressupostos legais, a efetivação e descentralização das mesmas, são ministradas por órgãos federativos por sistemas de governo: União, Estados e municípios.

A educação especial por sua complexidade e abrangência é atendida pelas políticas de assistência social, educação e saúde.

No sistema de proteção social a Lei 8.742- de 7 de dezembro de 1993, (LOAS) Lei orgânica da Assistência Social traz por objetivos em seu art.2º “a proteção social à família, às crianças, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.”

A Assistência Social regulamentada através da (LOAS) é consolidada e operacionalizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de caráter descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social. O (SUAS) oferta benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos e articula serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. (Brasil; SEDS 2013)

O SUAS em conformidade com o Estatuto da pessoa com deficiência norteia objetivos como a segurança de renda, a acolhida, desenvolvimento de autonomia, participação social, convivência familiar e comunitária. (Brasil, SEDS 2013)

O Sistema Único de Assistência Social organiza ações da Política de Assistência Social em dois tipos de proteção: A proteção social básica e proteção social sendo dividida em proteção especial de média e alta complexidade.

A proteção social básica tem objetivo prevenir riscos sociais e pessoais garantia de direitos, através de oferta de programas, projetos, serviços, benefícios a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A proteção social especial de media complexidade destina-se às famílias que se encontram em situações de risco, e proteção social especial de alta complexidade que envolve violação de direitos por meio de maus tratos, abandono, abuso sexual entre outros.

Para a sistematização e efetivação dessas proteções, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) criou-se a resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, conhecida como Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais que possibilitou a padronização de serviços em todo território nacional, dos serviços de proteção social básica e especial, com propósito de facilitar ações que norteiam o agravante de demandas.

O acompanhamento às pessoas com deficiência e suas famílias, são realizadas sob a ótica da Política de Assistência Social, considerando as vulnerabilidades a que estão suscetíveis, buscando garantir o acesso aos direitos mínimos previstos na constituição.

Com a resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, representa a estruturação do SUAS, organizando, padronizado a gestão e oferta de serviços, visibilizado e consolidado a Assistência Social como uma Política Pública com objetivo garantia de ativa participação da sociedade civil. Apresenta a sistematização dos Princípios éticos para os trabalhadores da Assistência Social, orientação a equipes de referência na proteção social nos municípios como unidade do CRAS (Centros de Referência da Assistência Social). Na proteção social especial: Média Complexidade vincula-se o (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) – CREAS. Na proteção alta

complexidade, que oferta atendimentos a grupos que precisam de (abrigo institucional, casa de passagem, casa-lar), entre outros. Também dispõe sobre Diretrizes para a política nacional de capacitação, e para planos de carreiras, Diretrizes para as entidades e organizações de assistência social, diretrizes gerais de gestor municipal, Federal e Estadual. (Brasil, 2006)

Dentro da Política Pública de assistência social, o presente estudo centraliza-se na proteção social de média complexidade, visibilizando a pessoa com deficiência e sua família e direciona-se na contribuição de garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social. (BRASIL, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 direciona a educação e políticas pertinentes no país. Devemos aqui pontuar que a Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 208 que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I- Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada a oferta gratuita para todos os que não tiverem acesso na idade própria.
- III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

A política de educação contempla as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

Dessa forma, a educação possui caráter obrigatório, sendo garantido a crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 12 a 18 anos, fácil acesso à rede educacional.

A Política Pública de educação na perspectiva especial vincula-se as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica [resolução n. 04/2009 do Conselho Nacional de Educação] sendo que a (Resolução CNE/CP Nº. 2/01) referente à educação especial define como modalidade de educação que deve ter objetivo de assegurar o atendimento educacional especializado de forma complementar, em prol do desenvolvimento de autonomia da pessoa com deficiência.

A Lei 13.146/15, (Estatuto da pessoa com deficiência), prevê a construção de um sistema educacional inclusivo em conjunto com a política de educação, prevê a favor da pessoa com deficiência assegurar a educação de qualidade, vedado toda forma de violência, negligencia e discriminação. Apresentado no art. 28 incisos I:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; (Brasil, cap. IV 2015).

Referente ao atendimento às pessoas com deficiência evidencia-se a Política de saúde, devido a especificidades do atendimento a esse público.

A Política de saúde é regulamentada pela Lei 8.080/1990, conhecida como LOS: Lei Orgânica da Saúde. Nesse viés, que no art. 1º:

Art. 1º “regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde”.

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. (Brasil,1990)

De acordo com Constituição Federal de 1988, no art. 198, cita que os serviços que integram a saúde são organizados de forma hierarquizada, que são estruturadas por meio do sistema único de saúde (SUS) e norteia as seguintes diretrizes:

- I- Descentralização, com direção única de cada esfera do governo
- II- Atendimento integral, com prioridade para atividades preventivas sem prejuízo dos serviços assistenciais
- III- Participação da comunidade.

Como apresentado na Constituição Federal de 88, e na Lei orgânica de saúde, o acesso à saúde reconhecido como direito de todos, passa a ser direito universal sendo de responsabilidade Estatal a promoção de saúde de qualidade para todos, assim a organização dos serviços que integram a saúde são estruturados por meio do sistema único de saúde (SUS) e norteia as diretrizes de descentralização com direção única de cada esfera de governo, promovendo atendimento integral com prioridade para atividades preventivas e participação da comunidade.

Instituiu no setor da saúde a portaria 1.060 de 2002, ações articuladas com o SUS, dispôs diretrizes principais como a: Promoção da qualidade de vida, melhoria dos mecanismos de informação, prevenção de deficiências; a atenção integral à saúde, a capacitação de recursos humanos, e a organização e funcionamento dos serviços.

- Com a política voltada na área da saúde, objetiva acionar redes, com intuito de qualificar o atendimento (temporário ou permanente) as pessoas com deficiência.
 - Articular e integrar a atenção de prioridades de território, qualificando o acolhimento das pessoas.
 - Desenvolver ações de prevenção, com intuito de ofertar órtese e prótese.
 - Ampliação de reabilitação e inserção das pessoas com deficiência na sociedade.
- IV- - Promover mecanismos de educação permanente aos profissionais de saúde.

(1º seminário sobre pessoa com deficiência e funcionalidades na saúde
pág. 16. Acesso: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/>)

O sistema único de saúde traz princípios de **universalização** entendendo a saúde como um direito de todas as pessoas cabendo ao estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais; **equidade**, buscando diminuir desigualdades. Apesar de todas

as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. No entanto, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior e **integralidade que** inclui pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, segundo o Ministério da Saúde (MS), (2018) é importante a integração de ações, a promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e a reabilitação juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos. (portaldasaude. 2018).

Apesar de sua importância enquanto mecanismo de acesso a direitos, as Políticas Públicas sofrem com gestões que contradizem os direitos firmados na Constituição Federal. Sendo que são aparentes no Brasil as desigualdades regionais, culturais, demográficas, que envolve o conjunto de relações de forças, estrutura socioeconômica, desigualdade de classes, discriminação, exclusão, comprometendo, no entanto, a igualdade de direitos.

Neste cenário, de desigualdades sociais e divisão de classes, existentes no interior do sistema capitalista de produção, Fernandes (2016) evidencia os conflitos entre capital e trabalho e a valorização do sistema nos processos produtivos e nas relações de produção, o que intensifica a marginalização da pessoa com deficiência.

Na luta pela exclusão de desigualdades sociais, ainda pelo reconhecimento das pessoas com deficiência e pela efetivação de direitos legais a Constituição Federal de 1988, foi fundamental a implementação de Políticas Públicas de inclusão, com vistas à diminuição da discriminação e garantias constitucionais. A Constituição Federal de 1988 traz garantias fundamentais e sociais, constante no art. 7º inciso XXXI, que veda qualquer tipo de discriminação.

Com a Convenção da ONU (organização das nações Unidas) em 2008, sobre os direitos da pessoa com deficiência, aconteceu ratificação em emenda constitucional, para defesa e garantia de condições de vida digna a pessoa com deficiência.

3.2 Serviço Social na efetivação das Políticas Públicas junto à pessoa com deficiência.

Historicamente no início da década de 30, o Serviço Social no processo incorporação pela profissão esteve relacionado a ideias conservadoras, e conteúdos doutrinários do pensamento da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização no Brasil. A respeito dos primórdios da profissão no Brasil Yazbek pag. 3 no artigo os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade:

“O serviço Social fundamenta na formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”

Ao longo do desenvolvimento do país e concentração de acumulação do capital, os movimentos sociais sindicais estavam inteiramente envolvidos nos conflitos de classe oriundos da relação capital e trabalho. A inserção do serviço social passa a ser estratégia do Estado, na busca de regulação/ mediação da vida social, pois as expressões de desigualdades sociais estavam relacionadas à sociedade capitalista. Nesse cenário, segundo Alves (2017) o Assistente Social tem como objetivo administrar/ amenizar o conflito de classes entre relações de capital e trabalho.

Em 1970, as reflexões do novo Serviço Social segundo Netto (2015) parte do documento de Araxá, que estimulou a reconceitualização, a perspectiva modernizadora, com influências brasileiras e latino americano. O serviço Social com o movimento de reconceitualização ocorre uma ruptura com a doutrina social da igreja, e a profissão passa a ser influenciada pelo pensamento marxista.

A concepção crítica do profissional assistente social, vinculou-se a classe trabalhadora, a partir do Movimento de Reconceitualização da profissão, em seu desenvolvimento na década de 60 a 70 dando origem ao projeto ético político da profissão. Na década de 1990, segundo Netto (2015) referiu-se ao processo de legitimação da profissão com bases em matrizes de pensamento do Projeto Ético-

político da profissão. Com isso segundo Souza (2017) a Política Social passou a ser campo de luta na contribuição de direitos sociais.

O Serviço social é reconhecido segundo o CFESS (1993) como profissão de caráter sociopolítico, crítico, propositivo e interventivo, que utiliza-se do arcabouço de bases teórico metodológicas, da junção de conhecimentos científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da "questão social", estando inserido nas mais diversas áreas (saúde, educação, assistência social, entre outras) com planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais.

Iamamoto (2015) explica que por meio da renovação do serviço social, vinda do movimento de reconceituação, a profissão é interpretada como:

“Produto histórico, sendo reconhecido como especialização do trabalho coletivo, ao se construir em expressão de necessidades históricas, derivadas das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada”. (Iamamoto (2015))

O trabalho do assistente social inserido na concepção sócio técnica do trabalho encontra-se com contradições aparentes entre relação capital e trabalho, que até os dias atuais relações presentes que são inconciliáveis, pois para o acúmulo de capital, e a elite com a detenção dos meios de produção, explora a mão de obra do trabalhador, para manter acumulação por meio da exploração da mais-valia, com faturamentos de super-lucros, causando prejuízo para o trabalhador. Esta exploração segundo Alves (2017) as diferentes expressões da questão social advém do sistema capitalista, e por meio de modificações e atualizações do sistema, é configurada a uma nova roupagem de modernismo que se alia a uma visão de soma de desigualdades, herança de uma sociedade de monopólios, com grande foco no trabalho individual, aprimora maior rendimento e a privatização do trabalho executado por cada indivíduo, que atribui a uma minoria maiores lucros e acumulação, levando a concentração da desigualdade. Com isso intensifica os conflitos entre classes, conseqüentemente destaca-se a miséria, a vulnerabilidade que alcança grande porcentagem a maior parte da população.

Com isso, os profissionais de Serviço Social se adaptavam a novos mecanismos para a soma de lutas sociais, em defesa da democracia em espaços públicos, a fim de trazer a participação cidadã.

Com surgimento das expressões da questão social, Guerra (2000) destaca:

“O serviço social sendo um trabalho de natureza não liberal, tem questões sociais a base de sustentação da sua profissionalidade e sua intervenção se realiza pela mediação organizacional de instituições públicas, privadas ou entendidas de cunho filantrópico” (GUERRA 2000 PAG. 18).

Atualmente, o assistente social, utilizando-se de um conjunto de bases legais, normativas, diretrizes e o código de ética profissional, a lei 8662/1993 que regulamenta a profissão, a Constituição Federal de 1988, equipado com o rol de conhecimentos teórico-metodológico, ético político, e técnico operativo, têm capacidade de visão ampliada e leitura de realidade, e na prestação de serviços segundo Alves (2017) é considerado o principal mediador para a intervenção da política social.

Alves (2017) relata que o profissional na contemporaneidade dotado de conhecimento das ciências sociais, de embasamento nas bases legais, tem uma “formação teórica pautada na dialética crítica que equipa o profissional a compreender o contexto econômico, político, cultural e social”. (Alves, 2017 pg.104)

Assim, Políticas Sociais oriundas do Estado segundo Souza (2017) buscam responder às necessidades provenientes das diferentes expressões da questão social, e ao mesmo tempo disponibiliza condições favoráveis a ordem social na perspectiva de desenvolvimento do capitalismo.

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988, houve visibilidade no campo da Política Social, com diretrizes e bases direcionadas a implementação do projeto da Seguridade Social brasileiro – Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social que impulsionou a categoria profissional em torno de seu Projeto Ético-político Profissional. (Nogueira 2012)

Projeto profissional que tem o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegura a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e às políticas sociais, bem como sua gestão democrática”, tem o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o

aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993)

3.2 A Escola de Educação Especial Nilza Tartuce

A Escola Nilza Tartuce iniciou suas atividades em 1964 com apoio da APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. É uma organização não governamental, civil privada, filantrópica.

Segundo dados da Instituição, a partir do ano 1986, a unidade atendia crianças com idade igual ou superior a sete anos. No mesmo ano, o atendimento passou a ser para alunos com idades entre três e treze anos, todos com deficiência intelectual, neste período algumas crianças apresentavam deficiência múltipla. Em 1992, a Instituição passou a ofertar atendimento para crianças partir do nascimento com atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor. (Centro de Orientação e Controle de Excepcionais. 2018)

No ano de 1997 o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais em Curitiba (COCEC), entidade mantenedora da escola caracterizada pessoa jurídica de direito privado, no qual inaugurou a Unidade Passaúna, no bairro Campo Comprido, destinada ao Ensino Fundamental e ao Programa de Educação Profissional.

Emancipou recursos, como a panificadora escola situada na instituição Unidade Centro, que oportuniza capacitação gratuita aos pais de alunos e pessoas da comunidade, a possível inserção no mercado de trabalho formal pais e pessoas da comunidade na função de auxiliar de padeiro e confeitiro, bem como, a panificadora oferta produção anual de produtos que auxilia com recursos para a manutenção da Instituição.

A escola oferta Educação Especial Infantil e ensino fundamental, pré-escola, estimulação essencial, promovendo o desenvolvimento global da pessoa com deficiência, contudo inclui a prevenção, inclusão, habilitação e reabilitação de crianças e adolescente com deficiência intelectual, e (TEA) Transtorno do Espectro do Autismo, atendendo gratuitamente 243 alunos, na cidade de Curitiba e Região Metropolitana em suas duas sedes. Na Unidade Centro (foco da pesquisa) atende cento e setenta e um (171) alunos na faixa etária de zero a 10 anos (a permanência

nesta unidade ou o encaminhamento para a outra unidade depende do desenvolvimento aluno, onde a equipe técnica avalia seu desempenho e evolução) a instituição atualmente, disponibiliza programas de atendimento denominados Educação Infantil – Estimulação Essencial (zero a três anos), o acesso dos alunos à escola acontece por meio de encaminhamento médico, hospitalar, transferência de escola ou indicação de outros pais.

A unidade Centro é composta por equipe multidisciplinar composta por 2 assistentes sociais, 2 fonoaudiólogas, 6 psicólogas, 5 terapeutas ocupacional, 4 fisioterapeutas, 1 Neuropediatra, 1 psiquiatra (famílias) e 29 professores. A equipe tem o papel de cooperação para o desenvolvimento pedagógico habilidades e autonomia e relações sociais da criança e adolescente com deficiência intelectual e TEA, desenvolvendo simultaneamente trabalho de orientação as famílias. A escola possui parcerias e convênios com organizações Públicas e Privadas que contribui para o andamento de suas atividades, com a finalidade de ofertar um atendimento individual e coletivo de qualidade.

A escola segue princípios de Missão; articular educação, assistência social e saúde para promover com excelência o desenvolvimento e a autonomia da pessoa com deficiência intelectual potencializando transformação na sociedade

Visão: Ser contemporâneo nas ações para promover com excelência o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual na sociedade

Valores: Respeito, Ética, Inclusão, Transparência, comprometimento.

As Políticas Públicas ofertadas na instituição são Assistência Social, Educação e saúde, bem como, a articulação entre as redes sócio assistenciais para atender as especificidades no trabalho de referência e contra referência.

No setor da saúde, segundo dados da escola, antecipadamente é realizada uma avaliação global do aluno e observados as dificuldades e capacidades de cada criança, na seqüência é elaborado o planejamento de trabalho das equipes.

A Estimulação Essencial objetiva estimular as etapas do desenvolvimento motor da criança, que são representadas em atividades de rolar, sentar, engatinhar, ficar em pé e caminhar de maneira independente, na perspectiva de promover habilidades motoras amplas, do desenvolvimento fonológico que auxiliar fala e comunicação e do desenvolvimento psíquico de compreensão e motivação (aluno/família). Este programa utiliza de atividades lúdicas a fim de desenvolver a

independência e funcionalidade da criança, o equilíbrio, percepção corporal e espacial. (Centro de Orientação e Controle de Excepcionais 2018).

No entanto, pode-se dizer que na multidisciplinaridade na escola é fundamental a união dos profissionais, com diferentes especializações no trabalho, considerando suas diferentes abordagens e habilidade faz a diferença para que um projeto seja eficaz. A evolução do trabalho coletivo tem necessidade de colaborar com outros em decisões de planejamento, trabalhos que não podem ser executados sozinhos, formando-se grupos de ação. Assim, o objetivo central do grupo se finaliza em produtividade coletiva. (São Paulo,1982, Atlas; Minicucci, Agostinho. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas pág.167).

Nesse viés, vale considerar a forma estrutural da escola por meio de organograma:



Fonte: a autora; Organograma estrutural Escola modalidade de Educação Especial Nilza Tartuce.

3.4. Serviço Social na Escola Nilza Tartuce

Na escola Nilza Tartuce, não houve registros do início exato do histórico do serviço social na instituição, mais apresenta-se há 21 anos de exercício profissional a mesma executora.

O Serviço Social na Escola Nilza Tartuce – Unidade Centro desenvolve ações com base na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), que padroniza as ações para todo território nacional.

Neste contexto está contemplado pelo Serviço da Proteção Social Especial – Média Complexidade, página 37 (reimpressão 2014), denominado serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias.

O serviço estabelece atendimento especializado aos usuários que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como:

- ✓ Exploração da imagem;
- ✓ Isolamento;
- ✓ Confinamento;
- ✓ Atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família;
- ✓ Falta de cuidados adequados por falta do cuidador;
- ✓ Alto grau de estresse do cuidador;
- ✓ Desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa;
- ✓ E outras que agravam a dependência e comprometem a desenvolvimento da autonomia.

O Serviço Social tem por finalidade promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes, pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e na valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

A intervenção do serviço social é voltada a diminuir a exclusão social do dependente e/ou cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção da superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência das pessoas com deficiência ou idosa, utilizando todos os

instrumentais e estratégias indicadas pelo SUAS (Sistema Único da Assistência Social), tais como: visita domiciliar; acolhimento; escuta qualificada; atendimento individual; atendimento grupal; PIA (Plano Individual de Atendimento); estudo de caso; encaminhamentos (referência e contra referência); reuniões; ficha de acompanhamento; contato com a rede de proteção na busca de garantir os direitos da pessoa com deficiência.

O Serviço Social é uma “profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das ciências humanas e sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da questão social”, isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. (CRESS 2012)

Implantação de um **Centro Social de Convivência Familiar**, que objetiva atender as mães e cuidadoras que necessitam permanecer na Instituição no período de atendimento da criança ou adolescente com deficiência, bem como atender as que apresentarem disponibilidade de voluntariado. Este espaço além de vivenciar troca de informações e experiências possibilita despertar habilidades manuais (artesanato, tricô, crochê, costura e outras), como também é um espaço para criar novas habilidades.

O **PAF – Programa de Acolhimento Familiar** criado a mais de 8 anos oferta encontros mensais com objetivo de abordar diversas temáticas informativas as famílias.

Neste contexto torna-se fundamental salientar a importância da capacidade e competência do profissional, em utilizar dimensões teórico- metodológica, ético-político e técnico operativo que se baseiam em formulação de ações.

O PIA, compõe uma riqueza de informações do aluno, da família, sendo que, a assistente social no primeiro atendimento, busca orientar os pais de como proceder para acessar programas, projetos, benefícios e a rede de serviços socioassistenciais, que é de direito á pessoas com deficiência. Este direito é assegurado na lei 13.146/15 capitulo VII, art. 39°:

“Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da

habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social. ”

4. DADOS DA PESQUISA

4.1. Perfil das famílias atendidas na Escola Nilza Tartuce

O estudo também abordou coleta de dados quantitativos considerando estudo por meios de instrumentos específicos do serviço social, afim de desvendar aspectos importantes da criança com deficiência e suas famílias, peculiaridades retratadas no PIA.

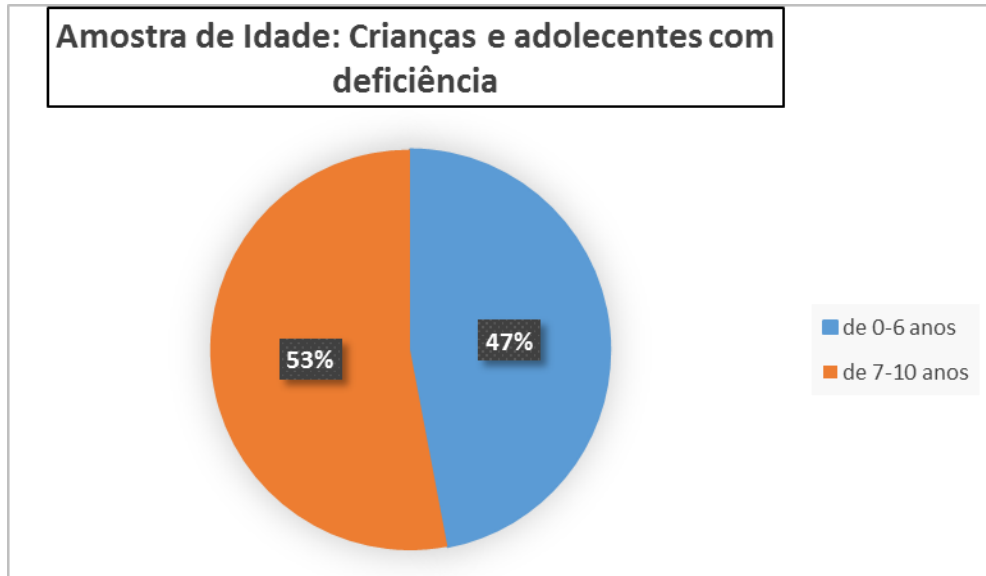
Foi realizado levantamento de dados relativo ao perfil das famílias das crianças atendidas na Escola Nilza Tartuce, utilizando como fonte de dados o PIA - Plano Individual de Atendimento, de todas as famílias da escola modalidade de Educação de Especial Nilza Tartuce- Unidade Centro, acompanhadas pelo setor de Serviço Social no ano de 2018.

As informações coletadas foram divididas em categorias, assim denominadas: categoria idade; categoria tipo de deficiência, categoria composição familiar; categoria moradia; categoria renda familiar.

4.1.1. Categoria Idade

Relativo à idade das crianças e adolescentes atendidos na Escola Nilza Tartuce, 47% das crianças acompanhadas na escola que foram feitos o levantamento de dados, encontram-se na faixa etária de 0 a 6 anos.

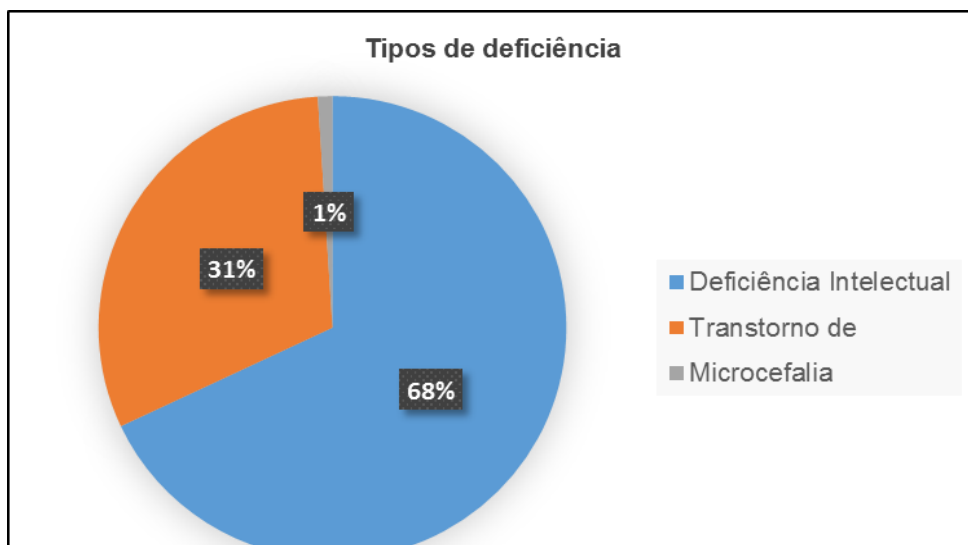
Faixa de Idade	Porcentagem
de 0-6 anos	47%
de 7-10 anos	53%



4.2 Categoria Tipos de Deficiência

Conforme demonstrado no Gráfico 2 Tipos de Deficiência, a maioria dos alunos que freqüentam a escola Nilza Tartuce, apresentam deficiência intelectual (68%), apresentando transtorno de espectro autista (31%) e microcefalia (1%)

Tipos de deficiência	Porcentagem
Deficiência Intelectual	68%
Transtorno de	31%
Microcefalia	1%

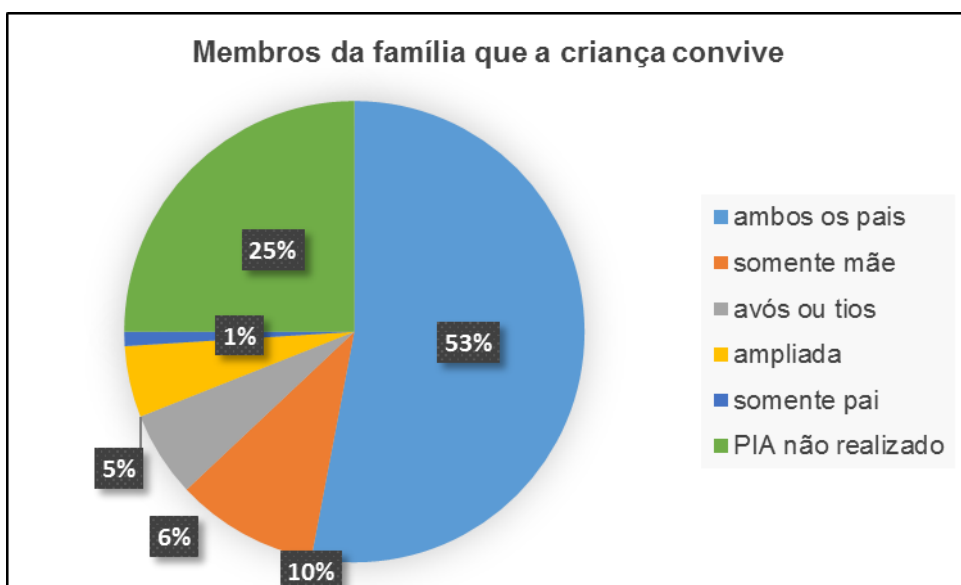


4.3 Categoria Composição Familiar

Os dados levantados no PIA apontam que 53% das crianças atendidas, residem com os pais. Este dado revela uma peculiaridade da instituição, visto que 10% das crianças com deficiência estão sob cuidados e responsabilidade da mãe.

GRÁFICO 3 COMPOSIÇÃO FAMILIAR

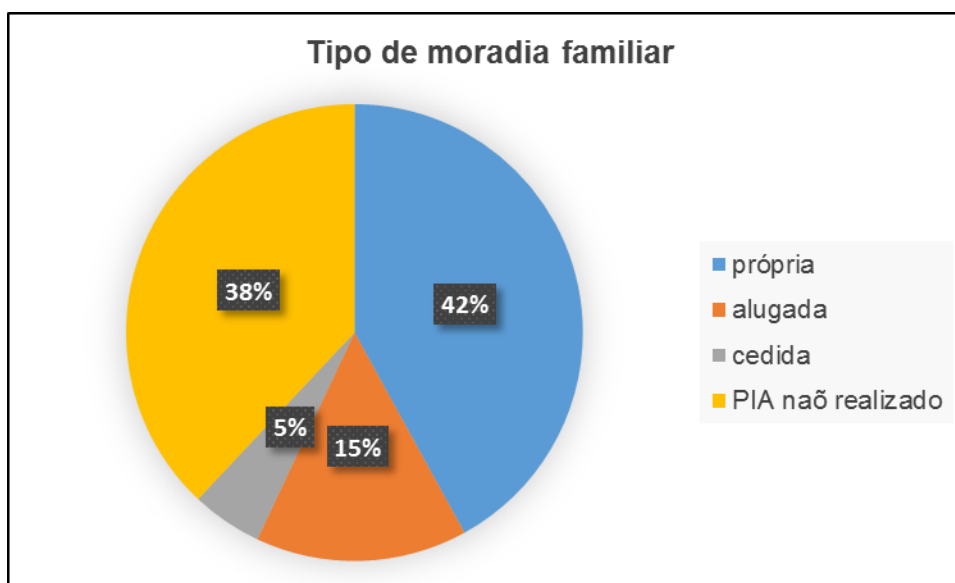
Membros da família que a criança convive	
ambos os pais	53%
somente mãe	10%
avós ou tios	6%
ampliada	5%
somente pai	1%
PIA não realizado	25%



4.4 Categoria Tipo de Moradia

Relativo ao tipo de moradia, o PIA revela que a maioria das crianças atendidas reside em casa própria. No entanto o índice onde os PIAS não executados consta a informação de moradia das crianças atendidas é de 25%.

Tipo de moradia familiar	
própria	42%
alugada	15%
cedida	5%
PIA não realizado	38%

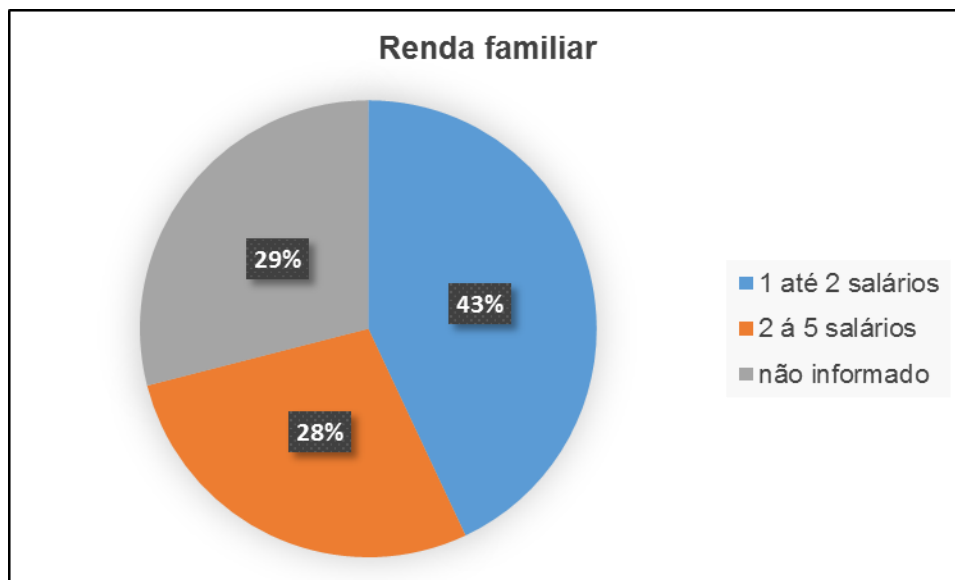


4.5 Categoria Renda Familiar

As famílias atendidas na Escola Nilza Tartuce, segundo dados do PIA, possuem em sua maioria renda familiar de até 2 salários mínimos, conforme Gráfico 5, Renda Familiar

GRÁFICO 5- RENDA FAMILIAR

Renda familiar	
1 até 2 salários	43%
2 a 5 salários	28%
não informado	29%



É considerável que conhecimento de dados, trazidos da realidade social fazem a compreensão e identificação de demandas interligadas a possibilidades de ação profissional. Que segundo lamamoto (2000) a “capacidade de o profissional Assistente Social construir propostas criativas esta relacionada à sua capacidade de leitura critica da realidade social”.

Assim, de acordo com o código de ética profissional (1993) no que se refere uma das atribuições dos Assistentes Sociais:

- I - Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; (CFESS,1993)

4.6 ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL

Para compreender a atuação do Assistente Social junto às pessoas com deficiência e suas famílias foi necessário delinear metodologia de pesquisa adequadas. Para coleta de dados qualitativa aplicou-se entrevista semiestruturada que seguiram questões de perspectivas e desafios profissionais. A entrevista visou a importância do trabalho do serviço social na defesa de direitos da pessoa com deficiência.

A fim de conhecer serviços, desafios e possibilidades do Serviço Social no acompanhamento junto às famílias da Escola modalidade de Educação Especial Nilza Tartuce, foi realizada entrevista com a Assistente Social.

A Escola conta com duas (2) Assistentes Sociais, porém não foi possível realizar a entrevista com a totalidade dos profissionais, visto que uma delas estava afastada por motivos de saúde.

Foi realizada entrevista com a Assistente Social, sendo utilizado um roteiro de questões semiestruturadas. A entrevista foi gravada e posteriormente foram divididos os assuntos abordados por categoria, a fim de realizar a análise do discurso da assistente social entrevistada. As categorias analisadas foram: categoria principais demandas ao Serviço Social; categoria necessidades e desafios junto às pessoas com deficiência; categoria possibilidades e perspectivas na atuação do Assistente Social nesta realidade.

4.6.1. Categoria Principais Demandas e instrumentos do Serviço Social

Relativo às principais demandas ao Serviço Social a assistente social aponta “a compreensão de demanda”, a necessidade de compreender serviços ofertados as pessoas com deficiência e suas famílias. Segundo a Assistente Social no cotidiano profissional:

“é trabalhado a questão do direito da criança a saúde, direito a educação, da Assistência Social, em caso de demanda, todos são demanda” [...] “Nós encaminhamos para todas as formas de garantia de direitos e em caso de violação de direitos é feito todos os trâmites necessários de denúncia”. [...]

“tem vezes que a maior solicitação é medicação, ou atendimento referente à saúde da criança com deficiência, tem vezes que a demanda se direciona a integridade familiar”

Sendo que o relato da Assistente Social condiz com o Sistema Único de Assistência Social em promover a “segurança de renda, a acolhida, desenvolvimento de autonomia, participação social, convivência familiar e comunitária”. (Brasil, SEDS 2013)

Em relação ao atendimento ofertado a família a profissional acrescenta:

“São 21 anos de Serviço Social na escola, eu trabalho há 5 anos na instituição, eu vejo que cada vez mais melhora mais, houve mudanças de focos do atendimento assistencialista para atendimento concreto”. [...] “Eu e a assistente social 2 acreditamos que o trabalho tem que ter começo, meio, e fim, para que nós profissionais consigamos resolver o problema do usuário naquele momento, para que não fique reincidindo”.

O Código de Ética do Assistente Social (1993) alerta para o compromisso com a qualidade dos serviços, o que nos remete a reflexão quanto aos perigos da visão imediatista da realidade, pois segundo Coelho (2007) a imediatividade orienta a prática profissional quando o profissional se atém a percepção, a certeza sensível.

A profissional relata a importância reconhecimento do nome da escola na comunidade e a importância da efetividade do trabalho do assistente social:

“Mas assim, nós conseguimos resolver, conseguimos encaminhar, temos resolutividade e crescimento percentual de um ano para outro de 74% de casos resolvidos, se for pensar é um índice bastante grande para uma instituição”

O Código de Ética do Assistente Social (1993) aponta como um de seus princípios o Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, o que requer aprimoramento contínuo do profissional

Relativo a principais demandas atendidas pelo setor de Serviço Social a assistente social aponta de isenção como maior atividade do setor. Segundo a assistente social:

“Maior atividade no setor de serviço social refere-se à Isenção tarifária, que é ofertado gratuitamente pela escola, facilitando o acesso da criança e adolescente, sendo que anteriormente para o acesso do benefício de direito,

necessitava passar por vários tramites, onde precisava ir a busca de médico para assinar o documento, sem contar da grande espera do usuário para utilizar o benefício. ” [...] “O CRAS não tem mais essa demanda lá, pois temos convênio e parcerias também, temos médicos especialistas, temos tudo, evoluímos muito”.

O assistente social possui por compromisso garantir o acesso a direitos e conforme a lei a Lei 8662/93 no Artigo 4 estabelece:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 36-37).

Observado que na atualidade a atuação do profissional em Políticas Públicas, identifica-se o Assistente Social como planejador do processo da gestão, executando a gestão das políticas sociais. Destacando-se que o assistente social com o rol de conhecimento de Políticas Sociais, torna-se facilitador do acesso de serviços de políticas.

Relativo a serviços atendidos a entrevistada aponta:

“Ligadas à saúde do aluno e assistência, ao que se refere ao atendimento apontam resultados eficazes, a oferta de serviços e resultados, pois a estrutura organizada da instituição e o reconhecimento da sociedade, de parceiros que contribuem para agilidade nos serviços ofertados, como ex: especialistas como odontologia, oftalmologia, neurologista, traz interação e aproximação da família com a escola”.

O principal instrumento utilizado no setor de Serviço Social é o Plano Individual de Atendimento A profissional afirma que:

“O principal instrumental utilizado no setor de serviço social é o PIA (Plano de Atendimento Familiar) descreve a totalidade da família, que em primeiro momento traz a visão analítica previa de informações do perfil familiar / questão social da família. [...] “O PIA traz parâmetros econômicos, de moradia, atendimento externo, de atendimento da criança, instrução a família, sendo por meio de casos detectados por meio do PIA é feita a visita domiciliar.”

Que conforme a sequência de atendimentos individuais com os pais ou responsável, podem-se compreender informações aprofundadas do contexto familiar, podendo seguir com encaminhamentos na área de serviços da saúde, da assistência social.

4.6.2 Categoria necessidades e desafios:

Os desafios presentes no cotidiano da atuação profissional, segundo a entrevistada “é no processo de crescimento do aluno”. Em resposta às necessidades e desafios a assistente social afirma que:

“Temos que fazer que a família se torne participativa no processo de crescimento da criança, isso para mim é complexo” [...] “Criar caminhos para que a família se torne participante na escola, hoje a família participa mais da escola, é preciso à família na escola, é obrigação dela, pois na escola ensina, não educamos, a criança especial necessita desse olhar mais apurado da família” [...] “No acompanhamento familiar é necessário que o Assistente social pense no macro, busque no cotidiano familiar potencialidades”.

O desafio que a profissional traz é sobre o assistencialismo em algumas situações na instituição:

“No dia a dia tento tirar a visão assistencialista em algumas situações, temos que entender que o assistencialismo como benefício eventual, quando uma mãe chega sem fralda para a criança, sem comida, no momento é fornecido para ela- claro não é nosso papel porque tem o CRAS, nosso papel é garantias de direito, não é papel da instituição dar cesta básica, mas também não podemos deixar a família com fome”

Conforme o relato a profissional busca caminhos alternativos ao mobilizar e fortalecer o convívio escola/família que tem como objetivo principal o estreitamento de vínculos e prevenção de ocorrências de situações de exclusão social.

4.6.3. Categoria possibilidades e perspectivas na atuação do Assistente Social junto às pessoas com deficiência e suas famílias.

A assistente social relata quanto à necessidade de conhecimento teórico do profissional

“Trabalho muito o ético- político, e o teórico é a base, não digo teórico de autores, mas na lei, embasamento legal, temos que trabalhar acima das leis, normas e diretrizes que embasam a profissão”

Ao referir-se à instituição a profissional acrescenta que a forma de trabalhar do profissional diz muito a respeito da confiança que a instituição deposita no trabalho profissional:

“Não tenho problemas dentro da instituição, acredito que esse espaço de voz dentro da instituição, quem conquistou foi a profissional, quando é mostrado a chefia do que o profissional sabe o que se fala, as portas se abrem, assim a escola nunca me disse não, se entendeu que o projeto de trabalho tinha que ser melhorado e tivemos muitos resultados positivos”

Ao refletir sobre o trabalho realizado na instituição, a profissional cita a equipe de trabalho:

“O trabalho multidisciplinar é a base, temos uma equipe comprometida que consegue discutir os casos, cada profissional conhece cada aluno, só com equipes da saúde, da educação que conseguimos conhecer a família e fazer encaminhamentos”

Nota-se que o Assistente Social na educação especial se apropria de instrumentais que fazem mediação entre o fazer profissional e usuário, no qual se utiliza de técnicas profissionais e bases teóricas- metodológica, ético-político e técnico-operativa, para compreender o universo que o usuário se insere, no qual entende-se que o profissional na educação especial tem que viabilizar a qualidade de vida da criança com deficiência, mas também trabalhar o contexto familiar que envolve decifrar os atores, cenários, relações de forças, captar sentidos, emoções que fazem parte do processo de contribuição da garantia de direitos da criança com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência sofreram com práticas de abandono, um árduo processo de exclusão perante a sociedade e em instituições especializadas, sendo a maior parte delas ligadas a ações de caridade.

Frente este contexto histórico e social, a Educação Especial foi sendo construída, em uma realidade de exclusão, reparação e ajuste social, sendo observado que o processo de inserção da pessoa com deficiência avançou e ainda avança em passos lentos e curtos, exemplo é a dificuldade de inclusão da pessoa com deficiência em escola regular e no mercado de trabalho relacionado a “aceitação” ainda pouco existente na sociedade.

A educação especial na contemporaneidade apresentou-se como conquista, através de lutas sociais, e direcionamento a responsabilidade Estatal, que se representou nas bases legais como na Constituição Federal de 1988, e a lei de diretrizes e bases da educação.

O Serviço Social no Brasil compreendendo sua gênese no seio da sociedade capitalista na busca de regulação/ mediação da vida social compreende-se a necessidade de análise da realidade com base na totalidade penduradas por décadas, construindo sua linha história que desde 1930 com conteúdos doutrinários do pensamento da Igreja Católica, ações funcionalistas e conservadoras, das décadas de 1960 á 1970 com a intenção de ruptura da visão conservadora, até a década de 1990 aos dias atuais que apresenta uma profissão madura na sociedade contextualizando o serviço social em linha histórica, e análise inspirada em teorias críticas, na concepção materialista histórico dialética, notam-se nitidamente traços conservadores vindos da história no exercício profissional.

O serviço social profissão inserida na divisão sócio-técnico do trabalho, entende-se como trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho para organismos empregadores Estatais, não só assim a profissão localiza nas relações sociais de conflitos entre relação capital *versus* trabalho, configurando-se como trabalhador assalariado, o assistente Social também encontra-se sujeito às pressões deste mercado de trabalho, e as relações de interesse da instituição onde atua, o

que impõe estrutura de trabalho, frente a este cenário, o profissional adapta seu planejamento de trabalho a instituição e traça uma linha de atuação específica do assistente social, na defesa de direitos da pessoa com deficiência, esta relação está diretamente vinculada na luta por direitos sociais, em prol da equidade, justiça social, entendendo-se que a direção social construída por uma profissão é fruto da sua organização coletiva e está presente no exercício profissional do Assistente Social.

Nesta lógica, vale recordar que a atuação do Assistente Social se pauta nos princípios do Código de Ética do Assistente Social que busca a ampliação e consolidação da cidadania pautam sua prática pelos princípios fundamentais do código de ética, e pela lei 8662/1993 que atribui às competências e atribuições do Assistente Social., considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

No entanto, o comprometimento profissional no acompanhamento dos usuários no acesso de direitos sociais requer a compreensão dos processos históricos, a interpretação dos fenômenos sociais e representações na atualidade. É necessário se reinventar, avançar no acompanhamento, discutir as Políticas, propor novas intervenções, e buscar romper com uma atuação assistencialista, sem conexão com a transformação e com a luta pela cidadania e sua efetivação.

É importante ressaltar que as conquistas sociais vieram de lutas sociais por meio das mudanças históricas, direcionadas a transformação, a reformulação, o reconhecimento da inclusão da pessoa com deficiência ocorrendo somente com a insistência e com a participação da sociedade civil, e que o fortalecimento desses direitos, a expansão e reformulação de novos direitos virão através dos avanços nos espaços de trabalho, de informações corretas nele produzidas e na utilização de planos de atuação como o PIA.

Nota-se que a identificação das expressões da questão social é desvendada no cotidiano profissional, e o profissional ao decifrar a realidade social utiliza-se de técnicas e estratégias para que possa formular ações que sejam eficazes.

O assistente social na contemporaneidade utiliza-se de um leque de possibilidades na intervenção profissional, busca refletir na ética profissional e a

necessidade de supervisionar o posicionamento diante da sociedade moderna, manter o cuidado no novo modo de conduzir o trabalho profissional, que envolve estabelecer balizas de direcionamento, condições e relações de trabalho em que tange as expressões coletivas da categoria profissional na sociedade. Nesse sentido, o projeto ético político profissional, em defesa das prerrogativas profissionais, tem como base o projeto em uma dimensão de universalidade, em prol da coletividade. Sendo que caráter ético político corresponde a uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente que se liga a ação, no sentido de interferir no comportamento dos homens no enfrentamento de conflitos sociais, que exige do profissional articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam o projeto com a realidade no trabalho cotidiano.

Em análise ao serviço social no acompanhamento as crianças e adolescentes e suas famílias, em prol de garantia de direitos tem que ser equipado de conhecimentos e esclarecimento no âmbito familiar, considerando a visão macro e micro da família, utilizando-se de metodologias eficazes que se constitui na construção teórica metodológica, ética política e técnica operativa, buscar em atendimentos feitos com os pais de alunos o depósito de confiança do seu trabalho para o usuário, utilizando-se de ações como o acolhimento junto a família, criando situações de expressões naturais, que possibilita a interação com realidade do usuário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia Oliveira. **Fundamentos históricos, teóricos metodológicos do Serviço Social: das origens aos dias atuais** /Márcia Oliveira Alves. Curitiba: intersaberes, 2017 (série metodologia do serviço social).

BRASIL. Lei 8662 de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Código de ética profissional de Serviço Social**. Brasília, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Resolução nº109 de 11 de novembro de 2009. Reimpressão 2013. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (acesso: 17.11.2018)

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição Federal Brasileira, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. CASA CIVIL. **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso: 05.11.2018

BRASIL. **Ministério da educação e do esporte – Declaração de Salamanca**. Brasília-DF. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso 10/08/2018.

BRASIL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Atenção à pessoa portadora de deficiência no sistema único de saúde: planejamento e organização de serviços**. Brasília, sas/cage, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Laurence Bardin. 7ª edição. São Paulo: 2011.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**: Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

BRASIL. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA** disponível em: IBGE. Gov. Br. acesso em 04/09/2018.

BRASIL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/parametros_para_atuacao_de_assistentes_sociais_na_saude__versao_preliminar.pdf. acessado 30/04/18

BRASIL. Estado do Paraná. Portal da saúde- disponível em <http://www.saude.pr.gov.br/> acesso em 25.11.2018.

BRASIL, Casa Civil. Decreto 72.425 de 3 de julho de 1973- Dispõe sobre o **Centro Nacional de Educação Especial (CENESP)**, e das outras providências. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970->

1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html.Acesso 20/10/2018.

BRASIL, Casa Civil. Decreto 5.296-2004- Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5296.htm Acesso em:25/10/2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO FAMILIAR DISPONÍVEL em <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20tipificaca%20nacional%20-%2020.05.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Norma Operacional Básica da Assistência Social. Brasília: CNAS, 2005. **BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA SAÚDE. Legislação do SUS.** Brasília: CONASS, 2003. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf>. Acesso: 20.10.2018.

Conselho Regional de Serviço Social. 2012 disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/> acesso em: 29.11.2018.

Conselho Regional de Serviço Social. 2012 pág.3 Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Disponível em <http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em 26.11.2018

Brasil. Convenção dos direitos da pessoa com deficiência (2008) Instituto Rodrigo Mendes disponível em: <https://diversa.org.br/tag/convencao-direitos-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em 27.11.2018

Coelho, Marilene. Serviço Social, Textos e contextos pág. 3. Marilene Coelho, São Paulo, Ed. Cortez 2007.

FERNANDES, Walisson Pereira. **Movimentos sociais: um apanhado geral de sua influencia e sua importância para o serviço social/** Walisson Pereira Fernandes, Alysson Eduardo de Carvalho Aquino. Curitiba: intersaberes,2016 (série formação profissional em serviço social)

GIL. Carlos, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social/** Antônio Carlos Gil 6° ed. Atlas - São Paulo 2008.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional/** Marilda Villela Iamamoto – 26 ed.- São Paulo, Cortez,2015.

JANNUZZI, Gilberta S. M/ **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Gilberta S. M Jannuzzi- Campinas. São Paulo 2004 (coleção educação contemporânea).

LAVORATTI, C. Tecendo a rede de proteção: desafios do enfrentamento intersetorial à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no município de Curitiba. **Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Sociologia.** Curitiba: UFPR - Universidade Federal do Paraná, 2013.

MALLMANN, LOIVO JOSÉ; **Estado e Políticas Sociais no Brasil: avanços e retrocessos.** Loivo José Mallmann, Nádia Luzia Balestrin, Rodolfo Santos da Silva. Curitiba: intersaberes 2017.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas-** Marcos José Silveira Mazzota, São Paulo: Cortez, 1996.

MINAYO. Maria Cecília de Souza. **Teoria, método, criatividade.** Editora Vozes- São Paulo. 2002.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**, José Paulo Netto. 17ª edição. Editora Cortez.2015

PAN, Mirian Aparecida Gracia. **O direito a diferença: uma reflexão intelectual e educação inclusiva**. Mirian Aparecida Gracia Pan. Curitiba: IBEPEX, 2008.

PAIXÃO, Alessandro Ezequiel da. **Sociologia geral/** Alessandro Ezequiel Paixão .Curitiba: intersaberes, 2012.(série fundamentos da sociologia)

PINHEIRO, A.A.A. **A criança e o adolescente, representações sociais e processo constituinte. Psicologia em Estudo**. Maringá, v.9, n.3, set. /dez. 2010.

SILVA, ALINE MAIRA DA - **Educação especial e inclusão escolar: História e fundamentos**. 1ª edição. SANDRONI, 1991; APUD: SILVA. Curitiba 2010, Ibpex.

SOUZA, Daniele Graciane de. **Políticas sociais setoriais e os desafios para o serviço social/** Daniele Graciane de Souza, Silva Maria Amorin Lima Curitiba: intersaberes, 2017.

SILVEIRA, A.F. *et al.* **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

Disponível em: <<http://crppr.org.br/download/161.pdf>>. acesso: 15.09.2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª. ed. São Paulo: atlas, 2007.

Yazbek . Maria Carmelita Yazbek. Artigo científico: **Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social Brasileiro na contemporaneidade**. SãoPaulo disponível: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 04.12.2018.

Website: www.nilzatartuce.org.com.br/ **Escola de Educação Especial Nilza Tartuce**.

9

APÊNDICE

ENTREVISTA COM ASSISTENTE SOCIAL/ ESCOLA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL NILZA TARTUCE

QUAIS PRINCIPAIS DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL?

QUAIS OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO SETOR DE
SERVIÇO SOCIAL?

QUE POSSIBILIDADES OU PERSPECTIVAS SE EVIDENCIAM NA ATUAÇÃO
DO ASSISTENTE SOCIAL NESTA REALIDADE INSTITUCIONAL?

QUAIS DESAFIOS E NECESSIDADES SE APRESENTAM NA ATUAÇÃO DO
ASSISTENTE SOCIAL JUNTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS
FAMÍLIAS?

NA INSTITUIÇÃO, NO TRABALHO EM EQUIPE INTERDISCIPLINAR, COMO
É ORGANIZADO ACOMPANHAMENTO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E
SUAS FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS?

10 ANEXOS



Termo de Confidencialidade de Dados

Eu, Daniele Cristina Farias abaixo assinado, comprometo-me a manter confidencialidade com relação a toda documentação e toda informação obtidas nas atividades e pesquisas a ser desenvolvidas no projeto de pesquisa ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS", coordenado pela professora Sandra Aparecida Silva dos Santos vinculado ao Centro de orientação e Controle de excepcionais de Curitiba, realizado no âmbito Centro Universitário Internacional UNINTER; ou ainda informações de qualquer pessoa física ou jurídica vinculada de alguma forma a este projeto, concordando em:

Não divulgar a terceiros a natureza e o conteúdo de qualquer informação que componha ou tenha resultado de atividades técnicas do projeto de pesquisa;

Não permitir a terceiros o manuseio de qualquer documentação que componha ou tenha resultado de atividades do projeto de pesquisa;

Não explorar, em benefício próprio, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa;

Não permitir o uso por outrem de informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do projeto de pesquisa.

Declaro ter conhecimento: de que as informações e os documentos pertinentes às atividades técnicas do projeto de pesquisa somente podem ser acessados por aqueles que assinaram o Termo de Confidencialidade, excetuando-se os casos em que a quebra de confidencialidade inerente atividade ou em que a informação e/ou documentação já for de domínio público.

Assinatura Aluno:

Nome: Daniele Cristina Farias
CPF: 084.264.509-89.

Assinatura Professora Orientadora:

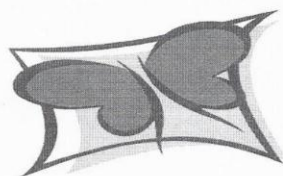
Nome: Sandra A. Silva dos Santos
CPF: 659363076-15

Local e data :

Curitiba, 04
de Dezembro
de 2018.



CONCORDÂNCIA DO SERVIÇO



Nilza Tartuce
Escola na modalidade de Educação Especial

Prezada Coordenadora

Declaramos que nós do Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, Unidade Centro, localizada na Rua da Glória 158, o Setor de Serviço Social, setor de pedagógico, setor terapêutico, estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa "ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS" sob a responsabilidade de Daniele Cristina Farias, que em nossas dependências a autora se responsabiliza em ter sigilo sobre os sujeitos da pesquisa de campo, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Internacional UNINTER, até o seu final em 14 de Dezembro de 2018.

Estamos cientes que os sujeitos de pesquisa serão os familiares das pessoas com deficiência desta instituição, que o presente trabalho deve seguir a resolução 466/12 do CNS e complementares.

Sendo o que se apresenta aproveitamos para enviar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente

Assinatura supervisora:


Dotzi Mara Godoi Rosa
Assistente Social
CRÉSS/IPR - 4372

Responsável da Instituição:


ESCOLA NILZA TARTUCE
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
ADRIANA DO PILAR RUPPRECHT ZABLONSKY
RG: 3.490.773-0
DIRETORA
RESOLUÇÃO 06171/14

Endereço: Rua Treze de Maio, 538 – São Francisco – Curitiba/PR – 80510-030

Telefone: (41) 3311-5926

Email: etica@uninter.com



**DECLARAÇÃO DE USO ESPECÍFICO DO MATERIAL E /OU DADOS
COLETADOS**

Cidade, 04 de Dezembro de 2018
Curitiba

Eu Daniele Cristina Farias, autora da pesquisa "ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS" declaro que os dados coletados serão de uso específico para o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Assinatura da aluna pesquisadora:

Danielle C. Farias



TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PESQUISADOR

Cidade, 04 de Dezembro de 2019.
Curitiba

Eu Daniele Cristina Farias autora da pesquisa "ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS" realizada no Centro Universitário Internacional UNINTER, me responsabilizo em dar continuidade a este estudo de acordo com os Direitos Humanos, a Resolução 466/12 MS, bem como informar ao Colegiado do Curso, através de minha professora orientadora qualquer alteração, efeitos adversos, inclusões, exclusões, emendas e conclusão.

Assinatura da aluna pesquisadora:

Danielle C. Farias



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada e participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: "ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS" desenvolvida por Daniele Cristina Farias. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada por Sandra Aparecida Silva dos Santos a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário via e-mail: sandras.dossantos@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é sobre Formação, Práticas Profissionais e identidade profissional.

Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada (a ser gravada a partir da assinatura desta autorização). O acesso e análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora.

Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

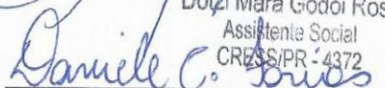
Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Cidade OH de Dezembro de 201 8.

Assinatura do (a) participante:


Dotzi Mara Godoi Rosa
Assistente Social
CRESS/PR: 4372

Assinatura do (a) aluno(a) pesquisador (a):


Daniele C. Farias

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a):


Sandra A. Silva dos Santos
Assistente Social
CRESS 1300

**DECLARAÇÃO DE TORNAR PÚBLICO OS RESULTADOS**

Cidade 04 de Dezembro de 2018
Curitiba

Eu, Daniele Cristina Farias autora da pesquisa "ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS" realizada no Centro Universitário Internacional UNINTER, declaro que de acordo com as orientações recebidas pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Serviço Social/UNINTER, seus resultados NÃO serão publicados em revistas científicas específicas ou apresentados em reuniões científicas. Serão apenas para fins de complementação de dados, análise e fundamentação do trabalho de conclusão de curso que estou escrevendo como requisito básico para conclusão do Curso de Serviço Social.

Assinatura da aluna pesquisadora:

Danielle C. Farias

Orientador:

[Assinatura]

